

Geografia E Interseccionalidade: Buscando Relações Entre Os Conceitos-Chaves

Geography And Intersectionality: Seeking Relationships Between The Key Concepts

Tamires Cristina de Souza Dalla Vecchia¹

Higor Lopes Andrade²

Evaldo Ferreira³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral entender como os conceitos da Geografia se interconectam com a interseccionalidade e, como objetivos específicos, especificar como é visto o Espaço em diferentes correntes geográficas; conhecer a importância do feminismo para a criação de temáticas como as geografias feministas e da diversidade; definir o significado da interseccionalidade; e compreender como os conceitos de Espaço e Território se encaixam nessa temática de interseccionalidade. O procedimento metodológico utilizado é inteiramente bibliográfico, com análises e discussões. A Geografia possui diversas correntes geográficas, mas foi apenas na Geografia Crítica que o espaço começou a ser visto de forma social e não apenas como absoluto, assim como na Humanista e Cultural. A interseccionalidade foi desenvolvida nas décadas de 1980 a 1990, por feministas negras, no final da segunda onda feminista, e tinha como objetivo principal entender quais eram os fatores que mais influenciavam nas opressões contra as mulheres negras. A ciência geográfica possui forte influência masculina, branca, Ocidental, hetero e elitizada, logo, trazer temáticas como feminismo, gênero, sexualidade, raça/etnia e classes sociais é uma forma de contribuir teórica e metodologicamente com novas possibilidades de refletir e transformar o mundo em que vivemos. O surgimento das geografias feministas, de gênero e da diversidade, que contribuíram juntamente com as correntes feministas e etnoraciais, trouxe também assuntos acerca da identidade e interseccionalidade. Por isso, se faz necessário entender quais são essas interseccões.

Palavras-Chave: Correntes Geográficas; Interseccionalidade; Espaço; Território.

- 1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). tamires.cristina@unemat.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4993-4640>
- 2 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). andrade.higor@unemat.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8308-1664>
- 3 Professor Doutor Titular do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). evaldoferreira@unemat.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6725-7607>

ABSTRACT

This work has as general objective to understand how the concepts of Geography interconnect with intersectionality and, as specific objectives, to specify how space is seen in different geographical currents; to know the importance of feminism for the creation of themes such as feminist geographies and diversity; define the meaning of intersectionality; and understand how the concepts of Space and Territory fit into this theme of intersectionality. The methodological procedure used is entirely bibliographic, with analysis and discussions. Geography has several geographical currents, but it was only in Critical Geography that space began to be seen in a social way and not only as absolute, as in the Humanist and Cultural. Intersectionality was developed in the 1980s to 1990s by black feminists at the end of the second feminist wave, and the main objective was to understand which factors most influenced oppression against black women. Geographic science has a strong male, white, Western, straight and elitized influence, so bringing themes such as feminism, gender, sexuality, race/ethnicity, and social classes is a way of contributing theoretically and methodologically with new possibilities to reflect and transform the world in which we live. The emergence of feminist geographies, gender, and diversity, which contributed along with feminist and ethnoracial currents, also brought about issues about identity and intersectionality. Therefore, it is necessary to understand what these intersections are.

Keywords: Geographical Currents; Intersectionality; Space; Territory.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por fio condutor entender como os conceitos da Geografia se interconectam com a interseccionalidade e, como demais objetivos, especificar como é visto o Espaço em diferentes correntes geográficas; entender como o território entra como um conceito geográfico; conhecer a importância do feminismo para a criação de temáticas como as geografias feministas e da diversidade; definir o significado da interseccionalidade, e por fim, compreender como os conceitos de Espaço e Território se encaixam nessa temática de interseccionalidade.

Esta é uma pesquisa inteiramente bibliográfica que se construiu a partir da disciplina intitulada “Dinâmicas de Des-territorialização e Articulação Regional”, realizada no primeiro semestre letivo de 2022, no Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e tem como referências alguns artigos e livros disponibilizados pelo docente responsável e outros que envolvem a temática discutida.

Muitas vezes vemos o espaço ser definido apenas como algo concreto, apropriado ou ocupado por um grupo social específico, porém, por meio das diversas correntes geográficas –

Tradicional, Teorético-Quantitativa, Crítica, Humanista e Cultural – podemos notar que esse significado pode variar, partindo de cada teórico e de cada aplicação. Pois, quando a Geografia passou a ser reconhecida como ciência e foi criando-se a primeira corrente geográfica, a chamada Geografia Tradicional, o espaço não era nem tratado como um conceito-chave, pois os teóricos tradicionais utilizavam apenas paisagem e região (CORRÊA, 2000).

O espaço só apareceu como conceito chave a partir da Geografia Teorético-Quantitativa, porém, por meio das noções de planície isotrópica e de representação matricial (CORRÊA, 2000). Foi partindo da Geografia Crítica que o espaço começou a ser visto de forma social e não apenas como algo absoluto, assim como na Geografia Humanista e Cultural, no qual, para o estudo do espaço, se considera também os sentimentos espaciais e as ideias de um indivíduo ou grupo, partindo das suas experiências ocorridas através desse espaço (CORRÊA, 2000).

Assim, como conceituou-se o espaço, esse ensaio também teve a necessidade de conceituar território, na intenção de trazer os dois principais conceitos para um melhor entendimento de tudo o que será discorrido ao longo do presente artigo. Com isso, podemos definir o território como algo que antecede ao espaço, ele se cria através das relações de poder e sociais que ocorre no espaço (RAFFESTIN, 2009).

A interseccionalidade foi desenvolvida entre as décadas de 1980 a 1990, por feministas negras, no final da segunda onda feminista – cujas fases serão detalhadas posteriormente –, e tinha como objetivo principal entender quais eram os fatores que mais influenciavam nas opressões contra as mulheres negras, algo que sempre foi muito mais ocorrente do que qualquer discriminação voltada às mulheres brancas, já que não envolviam diretamente sua cor de pele, diferente das mulheres negras (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021).

Para Akotirene (2019, p. 14) a interseccionalidade procura dar um aporte “[...] teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”. A pioneira dos estudos sobre interseccionalidade foi Kimberlé Crenshaw (1989), que tem como metodologia para

explicar esse conceito uma metáfora sobre um cruzamento de trânsito, tendo como objetivo mostrar que cada sujeito está propício a receber os eixos de opressão, assim como no cruzamento tem carros vindo de todos os lados, logo esses eixos podem ser o sexo, gênero, sexualidade, cor de pele, classe, entre outros, que influenciam nos golpes que cada sujeito pode receber.

Para Rodó-de-Zárate (2021), usar a Geografia, mais especificamente espaço e lugar, foi fundamental para analisar a interseccionalidade com outra visão. Partindo do lugar como um conceito muito utilizado, por meio dele procura-se analisar como posições específicas se relacionam e afetam tanto lugares quanto contextos particulares. Quando nos referimos a espaço é mais usado as concepções de Dorren Massey (2008), para explicar sua relação com a interseccionalidade, pois a geógrafa vê o espaço como relacional, o espaço produz o social.

A ciência geográfica possui forte influência masculina, branca, ocidental, hetero e elitizada, logo, trazer temáticas como feminismo, gênero, sexualidade, raça/etnia e classes sociais é uma forma de contribuir teórica e metodologicamente com novas possibilidades de refletir e transformar o mundo em que vivemos, pois, foi a partir desse pensamento, que geógrafas que já estudavam essas temáticas, criaram as geografias feministas, de gênero e da diversidade que, juntamente com as correntes feministas e etnorraciais, trouxeram assuntos acerca da identidade e interseccionalidade. Por isso, se faz necessário entender quais são essas intersecções, os eixos de poderes e saber por que há a necessidade de estudá-las e aplicá-las nos estudos atuais.

METODOLOGIA

O presente artigo perspectiva-se pela abordagem qualitativa, que busca responder questões mais significativas como, motivos, crenças, valores, aspirações e atitudes correspondente a um espaço mais profundo das relações (MINAYO, 2002), do tipo descritiva que requer do pesquisador uma série de informações para descrever com exatidão características daquilo que deseja pesquisar sobre determinada realidade ou fato (TRIVIÑOS, 1987). Sendo uma pesquisa bibliográfica, inteiramente, executada com materiais já elaborados sobre o estudo, constituída principalmente de artigos científicos e livros de autores com grande compreensão sobre o assunto abordado (GIL, 2002).

Assim, foram utilizados estudiosos que abordam sobre o tema exposto, tais como Corrêa (2000; 2009) e Dorren Massey (2008) entre outros que discutem sobre espaço, assim como Haesbaert (2004; 2007) e Rasffetin (2009) sobre o território e, trazendo o aporte teórico sobre intersexualidade, utilizou-se de Silva (2010), Silva e Silva (2014) e Rodo-de-Zárate (2021).

A proposta para o referente artigo se deu a partir da disciplina “Dinâmicas de Des-territorialização e Articulação Regional”, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Fluminense (UFF), onde a presente autora participou como aluna especial, tendo como docente o professor Rogério Haesbaert da Silva. A ementa da disciplina propôs discutir o debate teórico-conceitual (espaço, território, região) em Geografia a partir das potencialidades interseccionais do conhecimento situado em uma abordagem descolonial, entre outras temáticas.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O ESPAÇO DENTRO DA GEOGRAFIA

Todas as ciências possuem conceitos-chave específicos que norteiam seus objetivos e têm como função possibilitar e facilitar as análises referentes à sociedade ou ao objeto estudado, contribuindo para que teóricos e pesquisadores possam desenvolver seus trabalhos de uma forma mais eficaz. Conforme Corrêa (2000, p. 16), “como ciência social a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre [...]”, logo esses conceitos são: Espaço, Território, Paisagem, Região e Lugar.

Os conceitos-chave citados acima são amplamente discutidos, tanto de forma interna quanto externa à Geografia, logo, não são apenas geógrafos ou professores de Geografia que acabam estudando-os. Cada um desses termos contém diferentes significados, levando em conta a linha de pensamento em que está inserido, muitas vezes, por exemplo, Espaço e Território são empregados de formas distorcidas; pois, há problemas de entendimento sobre os conceitos geográficos, isso porque, conceitualmente, as diferenciações entre espaço e território são muito tênues, dificultando, portanto, nossas leituras e conceituações a nível de pensamento (CORRÊA, 2000).

Essa categoria de análise surge pela primeira vez a partir da corrente teórica tradicionalista, mais precisamente na Geografia Política, em que é visto como espaço concreto, apropriado ou ocupado por um grupo social, sendo então, de acordo com Sousa (2000) “[...] vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto [...]”

Dentro da Geografia o conceito mais usado é o espaço geográfico, ou apenas espaço, podendo ele ser associado a uma simples porção de terra, como uma referência a localização (CORRÊA, 2000). Entretanto, usar esses significados deixa a palavra muito vaga, pois existem diversas correntes geográficas que teorizam espaço de diversas formas, priorizando-o ou não como um real conceito da Geografia. As principais correntes que são de fundamental importância para a Geografia e que trazem diferentes significações a esses conceitos são: a Geografia Tradicional, a Geografia Teorético-quantitativa, a Geografia Crítica e a Geografia Humanista e Cultural (CORRÊA, 2000).

CONSTRUÇÃO E EVOLUÇÃO DO ESPAÇO NAS CORRENTES GEOGRÁFICAS

A Geografia Tradicional, inicialmente, privilegiou apenas os conceitos de paisagem e região, logo o espaço nem se constituía como um conceito-chave. Segundo Corrêa (2000, p. 18), Ratzel usava em sua Antropogeografia os conceitos de território e de espaço vital, sendo que “[...] o primeiro vincula-se à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais. [...]”, sendo então esses dois conceitos essenciais para demonstrar a relação de equilíbrio entre população e recursos.

Outro teórico que mesmo de forma implícita usava o espaço como conceito era Hartshorne, porém, trazendo o espaço como absoluto, como discorre Corrêa (2000, p. 18) “um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa”, essa visão é kantiana, na qual o espaço e o tempo são associados a todas as dimensões da vida.

Na Geografia Teorético-quantitativa, mais voltada às ciências da natureza, em que o raciocínio hipotético-dedutivo e a quantificação matemática eram consagrados como os mais

pertinentes ao atual momento, algo importante de ser ressaltado é que nesse período a Geografia passa a ser uma ciência social. A partir disso o espaço aparece pela primeira vez como um conceito-chave da disciplina, deixando de lado a paisagem, reduzindo região enquanto um processo de classificação e tendo lugar e território como não conceitos significativos. Nessa corrente geográfica, o espaço aparece sob duas formas, por meio da noção de planície isotrópica e de representação matricial. (CORRÊA, 2000).

A Geografia Crítica é pautada no materialismo histórico e dialético, logo ela vem para revolucionar a ciência geográfica, rompendo com as correntes tradicionais e teórico-quantitativa, com isso, debates intensos foram travados na/pela ciência por geógrafos marxista e não marxistas (CORRÊA, 2000). Logo, o espaço reaparece como conceito-chave, sendo usado, efetivamente, dentro da análise marxista por Henri Lefebvre. Para esse teórico o espaço desempenha um papel ou função decisiva de uma totalidade, uma lógica ou sistema. Aqui o espaço é social, vívido e em estreita correlação com a prática social e não apenas como espaço absoluto, aqui o espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção. (CORRÊA, 2009).

A Geografia Humanista surgiu na década de 1970, é semelhante à Geografia Crítica e tem muita influência da filosofia dos significados, especialmente, a fenomenologia e o existencialismo, fazendo uma crítica à geografia de cunho lógico-positivista (CORRÊA, 2000). Como discorre Corrêa (2000, p. 30), essa geografia está pautada na “subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real.” No que diz respeito ao espaço, essa geografia considera os sentimentos espaciais e as ideias de um sujeito ou grupo, partindo de suas experiências no espaço. Enquanto os outros conceitos-chave, a paisagem e a região, passam a ser revalorizados, o lugar se torna mais relevante e tem o território como uma de suas matrizes (CORRÊA, 2000).

A Geografia Cultural, sendo um subcampo novo da Geografia, se estendeu a partir da década de 1990 e sua trajetória no Brasil tem como classificação três momentos: o primeiro foi caracterizado como o início, no qual ela não era efetivamente aceita; o segundo já tendo uma

relativa aceitação, principalmente, por quem a criticava; e o terceiro e atual momento é caracterizado pela sua vulgarização que, de acordo com Corrêa (2009, p. 1) "no qual a antiga 'novidade' é adotada, via de regra apressadamente, sem reflexões ou críticas consistentes, tendo a cultura a ser tratada segundo noções do senso comum e por procedimentos usuais, positivistas em muitos casos".

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

Após conceituar o espaço e seus diversos significados, partindo das diferentes correntes geográficas, vale ressaltar, também, o conceito de território, essa categoria de análise se tornou mais relevante a partir da Geografia Humanista e Cultural, como dito anteriormente (CORRÊA, 2000).

Essa categoria de análise surge a partir da corrente teórica tradicionalista e mais precisamente na Geografia Política, em que o espaço é visto como espaço concreto, apropriado ou ocupado por um grupo social, sendo, de acordo com Sousa (2000) “[...] vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto [...]”.

Como principais geógrafos que utilizam esse conceito temos Friedrich Ratzel, um grande autor da Geografia Política, que traz o território como essencialmente fixado no que se refere à política de Estado. Como discorre Sousa (2000), Ratzel não trata apenas um tipo específico de territorialidade, advindo da história, ideologia e tradição, mas sim de um modo mais naturalizado.

Em contraposição a discussão de Ratzel, temos Raffestin (2009) com sua "Geografia do Poder", que analisa o quadro conceitual do teórico como muito amplo e naturalista. Com isso, Raffestin (2009) tem como proposta repensar o conceito de território da Geografia Política Clássica e de Ratzel, compreendendo o território como uma relação do homem com espaço, sendo então um conceito que traz as relações de poder como principal modificador do espaço. Partindo dos mesmos caminhos deixados por Raffestin (2009), temos o geógrafo Robert Sack, que afirma a territorialidade como uma estratégia de controle, usando, também, as multiescalas e a variação temporal.

No que diz respeito ao território, entende-se que é posterior ao espaço, ou seja, precisa-se do espaço e de relações sociais, para que assim se transforme em território (RAFFESTIN, 2009). Com isso, antes do território em si ser formado precisa-se da influência de um sujeito para territorializar o espaço em questão. Logo, relações de gênero, sexualidade, raça/etnia, classe e qualquer outro eixo de poder existente podem influenciar na formação de um território, pois estão ligadas diretamente à ação humana.

Para Haesbaert (2007, p. 20), “o território nasce com uma dupla conotação, material e imaterial”, o primeiro é referente ao simbolismo de dominação do território e o segundo fundamenta-se na apropriação, em que o território é utilizado como abrigo, lar e como segurança afetiva. Contribuindo com a discussão traz-se também o território como fixo ou temporário, mediante as relações de poder causadas por algum grupo social, que acaba influenciando diretamente nos sujeitos desse território (SAQUET, 2008).

Ao voltar às questões das escolas, ressaltamos que a corrente que mais utiliza o território como foco é a Geografia Cultural, que traz também os estudos sobre geografia cultural de identidades, em que acreditam que os sujeitos têm "múltiplas identidades que correspondem em muitas formas com a geografia cultural estratificada em múltiplas camadas [...]" (STRAUBHAAR, 2013). Ressalta-se a identidade a partir da ideia de Hall (2006), na qual ela é vista como mutável, ou seja, está em constante movimento de acordo com as vivências de cada sujeito, com isso, acredita-se que esses sujeitos têm camadas de identidades e culturas que podem variar de acordo com os espaços por eles presenciados.

A INTERSECCIONALIDADE E OS EIXOS DE PODERES: COMO SE INTER-RELACIONAM COM A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

O movimento feminista trouxe muitas contemplações teóricas no mundo das ciências, sendo assim, a primeira organização feminista que se ouviu falar foi datada do final do século XVIII, na Revolução Francesa, sendo conhecido como “sufragista”, um movimento criado por mulheres brancas, que buscavam igualdade de direitos. Esse início caracterizou-se como a primeira onda

feminista (BITTENCOURT, 2015). Dentro da história do feminismo algumas autoras dividem em três ondas, com pautas relevantes para cada época.

A primeira onda “funda-se na ideologia burguesa e na busca por um conceito ampliado de cidadania, incluindo as mulheres, os homens negros e parte das camadas populares” (BITTENCOURT, 2015, p. 199), em que mulheres brancas e burguesas buscavam direitos iguais aos homens, reivindicando principalmente a formação profissional e a representação política, assim como acesso à educação, direito ao voto e ao trabalho remunerado.

A segunda onda foi entre a década de 1960 a 1980, objetivando criticar o caráter burguês liberal da primeira, tendo em vista que, somente buscavam beneficiar as mulheres brancas e de classe alta e média. Nessa onda, as feministas começaram a denunciar mais efetivamente o patriarcado, usando o poder político para delatar a dominação masculina e a inferiorização feminina, que “invade todos os espaços da sociedade e representa uma estrutura de poder baseada tanto na violência quanto na ideologia” (BITTENCOURT, 2015, p. 201). É inclusive nesse período que estudos sobre gênero, sexo, orientação sexual e raça/etnia começam a surgir com mais relevância.

E por último a terceira onda “traria o momento atual do feminismo e sua representação e atuação como continuidades da segunda onda após a década de 1990” (BITTENCOURT, 2015, p. 199), trazendo com mais força os estudos realizados na segunda onda, logo recortes sobre raças/etnias e classes sociais são mais estudados.

Os estudos sobre interseccionalidades começaram a ser desenvolvidos através das feministas negras nas décadas de 1980 e 1990, no final da dita segunda e no início da terceira onda do feminismo, partindo da premissa de entender quais eram os fatores que mais influenciavam nas opressões contra as mulheres negras. De acordo com Maria Rodó-de-Zárate (2021) a interseccionalidade busca entender como o racismo e o patriarcado se inter-relacionam e quais são os efeitos nas vidas cotidianas dos sujeitos.

Dentro desta perspectiva, temos Kimberlé Crenshaw como a pioneira dos estudos sobre interseccionalidade que faz, assim como várias outras autoras desta temática, o uso de metáforas

para melhor explicar o conceito e para melhor entendimento de quem está fazendo a leitura sobre o tema, logo a autora:

Consider an analogy to traffic in an intersection, coming and going in all four directions. Discrimination, like traffic through an intersection, may flow in one direction, and it may flow in another. If an accident happens in an intersection, it can be caused by cars traveling from any number of directions and, sometimes, from all of them. Similarly, if a Black woman is harmed because she is in the intersection, her injury could result from sex discrimination or race discrimination [...] But it is not always easy to reconstruct an accident: Sometimes the skid marks and the injuries simply indicate that they occurred simultaneously, frustrating efforts to determine which driver caused the harm. (CRENSHAW, 1989, p. 149).

Ao colocar em prática essa metáfora, onde o trânsito desse cruzamento são os eixos de opressão que cada sujeito está propício a receber, colocamos uma pessoa branca, biologicamente do sexo feminino, que mora em um bairro de classe alta, não-binária (Gênero) e lésbica (sexualidade) no centro desse cruzamento. Partindo dessas características, essa pessoa tem como privilégio sua cor de pele, sendo branca e sua classe social de alto nível, porém, em contrapartida, nasceu no sexo feminino (biologicamente) e não se encaixa nos padrões cisheteronormativo (sendo não-binária e lésbica), logo todos esses eixos – sexo, gênero, sexualidade, cor de pele e classe – influenciam nos golpes que essa pessoa irá receber nesse cruzamento.

Crenshaw (1989) traz essa metáfora em debate para explicar de uma maneira mais simples como as desigualdades e as discriminações se moldam por meio de vários eixos de opressões e como isso acaba influenciando nas vidas dos sujeitos e em sua formação identitária. Para Silva e Silva (2014), os eixos de poderes interferem em como um sujeito se identifica ou é identificado pela sociedade, sendo esses eixos gênero, raça/etnia, geração/idade, classe, sexualidade, religiosidade, deficiência funcional, etc. Como salientam Silva e Silva (2014, p. 30) “cada eixo de poder é distinto; por exemplo, a opressão por classe é diferente da opressão por orientação sexual. Contudo, estes eixos se encontram, se cruzam e criam intersecções complexas e simultâneas”.

A interseccionalidade, como já dito inicialmente, foi criada para estudar a opressão racial e de gênero que mulheres negras eram submetidas, logo, uma das questões mais discutida em torno da interseccionalidade era se a concentração da pesquisa não deveria ser voltada apenas nas

intersecções de gênero e raça/etnia ou se deveria servir para fazer diversas análises entre diversos eixos. Entretanto, a própria Crenshaw afirmou que mesmo inicialmente raça/etnia e gênero tendo o foco inicial, ainda é preciso considerar as multiplicidades de eixos, assim como, também, considerar as posições de opressões e privilégios de cada sujeito (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021).

A maioria dos estudos interseccionais tem como principais eixos a tríade gênero, raça/etnia e classe, principalmente, no início do conceito, todavia, a partir de sua expansão novos eixos foram incorporados, logo entrou em debate quais seriam os eixos a serem considerados, e se teriam alguns mais centrais que outros, partindo disso algumas teóricas viram a necessidade de catalogar formalmente as listas desses eixos de poderes, lista essa que está sempre passível de redefinições, sendo essas categorias:

[...] genero, sexualidad, raza/color de piel, etnicidad, nacion/Estado, clase, cultura, capacidad, edad, sedentarismo/origen, riqueza, norte-sur, religion y estado de desarrollo social. [...] a la vez defiende que hay algunas divisiones sociales, como el genero, la edad, la etnicidad y la clase que tienden a condicionar la vida de la mayoria de personas, a diferencia de otros ejes como la posicion en relacion con las castas sociales o la condicion de indigena o de refugiado, que afectan a menos personas globalmente. (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021, p. 46).

A criação dessa lista no meio acadêmico sempre foi algo questionável de acordo com Rodó-de-Zárate (2021, p. 47), pois acredita-se que “leva à visibilidade de alguns aspectos e à invisibilidade de outros, podendo também reforçar sua separabilidade ao invés de focar em sua inter-relação” (**tradução nossa**). Outros tipos de eixos de poderes que também contribuem para a formação das desigualdades de determinados grupos são como a autora Maria Rodó-de-Zárate (2021) denomina de *cânones estéticos* que estão relacionados a peso, forma, tamanho e altura dos corpos, que pode levar a discriminações como a gordofobia.

UNINDO CONCEITOS E A INTERSECCIONALIDADE

Diante de tudo que foi exposto qual é a relevância da interseccionalidade para a ciência geográfica afinal? A autora Maria Rodó-de-Zárate (2021, p. 63) acredita que “as contribuições das geógrafas feministas e a consideração do espaço e do lugar como elementos fundamentais na configuração das relações sociais desiguais” (**tradução nossa**) foram essenciais para a sua pesquisa

e para analisar a interseccionalidade com outra visão. Vários autores e autoras também veem relevância no lugar como uma dinâmica interseccional, pois buscam analisar como posições específicas se relacionam e afetam lugares e contextos particulares.

Diante disso, cabe ressaltar que, “la especificidad histórica y contextual puede ser una forma de evitar el esencialismo en las categorías, ya que las categorías concretas siempre se dan en un momento y lugar determinados, respondiendo así a las críticas por parte de autoras postestructuralistas” (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021, p. 64), logo, propuseram o conceito de posicionalidade translocacional, como algo que pode explorar através de interações, narrativas de localização e posicionalidade, já que esse conceito é estruturado a partir de relações de diferentes posições de gênero, raça/etnia, classe, entre outras. Suas definições são: posicionalidade é o lugar entre agência e estrutura, dando a ideia de posição ou localização e a translocação é a complexidade de posições que podem existir (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021).

Conforme discorre Rodó-de-Zárate (2021), além da posicionalidade translocacional outro elemento central da interseccionalidade é o contexto social, assim como

[...] la relacionalidad entre categorías y sistemas, el poder, la desigualdad, la justicia social y la complejidad. Sobre el contexto social, afirman que la interseccionalidad adquiere significado según los contextos sociales específicos y que es necesario poner el acento en las geografías locales, regionales y globales para entender determinados procesos. Las autoras se centran en contextos específicos, como el contexto institucional académico. (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021, p. 64).

Nota-se que o contexto social de dominação pode variar de diferentes maneiras em diferentes países, a partir disso se cria o conceito de matriz de dominação que é de certa forma a universalidade de opressões que se inter-relacionam, assim como a metáfora de Crenshaw e o cruzamento, através das realidades sociais existentes.

O lugar muitas vezes é conceituado como um ponto no espaço, para a Geografia o espaço é comumente conceituado como algo abstrato, logo pode ser medido e representado, de acordo com Rodó-de-Zárate (2021, p. 67), o lugar “[...] está ligado a emoções, significados, imagens e textos, que o constituem e o tornam mais do que apenas um ponto no espaço” (**tradução nossa**), ou seja, o espaço é abstrato e o lugar é algo concreto.

Outro conceito-chave importante para se entender a ligação entre o espacial e o social é a questão da espacialidade, que busca enfatizar como o social produz o espaço e o espaço produz o social, porém este é vivenciado de diversas formas. Maria Rodó-de-Zárate usa como base para a escrita deste trabalho as concepções de Dorren Massey (2008) para explicar essa relação entre lugar e interseccionalidade. Como discorre a autora, Doreen Massey argumenta que

[...] el espacio ha sido menospreciado, dando preferencia al tiempo. El tiempo se ha considerado como más abierto y creativo, mientras que el espacio se ha considerado tradicionalmente como más estático. La autora defiende una visión conjunta del espacio y del tiempo en que los lugares son el resultado de procesos de creación y de encuentro, nunca fijados, sino abiertos y en permanente creación. Defiende que no se debe considerar la forma del espacio, sino su contenido, ya que el espacio no es solo una entidad geográfica sino política, el espacio es las relaciones sociales que lo conforman, que sitúan a grupos sociales en posiciones diferentes y desiguales [...] (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021, p. 68).

Portanto, na visão dela, o espaço vem sendo desvalorizado e o tempo entra como preferência, pois ele tem sido visto como algo mais aberto e criativo, enquanto o espaço é tradicionalmente mais estático. Porém, Massey (2008) defende que, na verdade, se faz necessário ter uma visão conjunta desses dois conceitos, pois os lugares são os resultados desses processos de criação.

Ao voltar para os debates sobre a interseccionalidade, a proposta de Massey, de acordo com Rodó-de-Zárate (2021), é considerar então o lugar como o que dinamiza as relações interseccionais e que essas relações também podem ser constituídas pelo espaço, e o espaço pode ser constituído por essas relações.

A questão colocada em pauta na citação é muito relevante para o ponto de vista interseccional, pois mostra como as diferentes posições de interseções influenciam nas experiências a partir dessas mudanças espaciais. Logo, entender isso dentro da interseccionalidade é compreender que a partir das múltiplas posições a experiência de cada sujeito dentro desse lugar, será diferente. Maria Rodó-De-Zárate (2021) traz algumas questões em torno do que ela chama de “as geografias da interseccionalidade”, questões, essas, importantes para a incorporação da espacialidade dentro do conceito de interseccionalidade, divididos em quatro partes. Essas quatro

premissas são necessárias para se entender como o papel do lugar na dinâmica interseccional pretende ser um passo para desenvolver as geografias da interseccionalidade.

Em primeiro lugar, se tem a “relação de constituição mútua entre lugares e interseccionalidade”, em que essa visão assim como reforça a dimensão estrutural da interseccionalidade, também possibilita, dentro da perspectiva geográfica, dinamizar e romper visões rígidas de identidade ou relações de poder, logo precisa-se driblar concepções de lugar como algo que ocorre em determinadas relações e sim compreendê-las como construções sociais, centrais nas configurações das desigualdades interseccionais (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021).

Já a segunda premissa tem-se a relação entre lugares e relação entre tempo e espaço. Tendo os lugares ligados a partir das relações de produção e reprodução, bem como por relações de poder que ocorrem e produzem através deles. Portanto,

[...] es fundamental comprender que, aunque es necesario analizar los contextos de relaciones interseccionales de forma situada y concreta, tambien lo es no perder de vista que estos espacios no se pueden analizar aisladamente, puesto que seguramente muchas dinamicas de desigualdad no se pueden entender solo por las relaciones de poder del propio lugar, sino que hace falta comprenderlas a traves de la relacionalidad entre los lugares (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021, p. 70).

Logo, é importante que leve em consideração os processos históricos que moldam os lugares e suas relações sociais, sendo também capaz de vincular situações concretas a partir das estruturas das desigualdades globais.

Em terceiro, temos o lugar sendo vivenciado de formas diferentes e desiguais. Essa premissa é básica e a qual mais se desenvolveu na interseccionalidade, pois mostra a partir da forma contextual como “determinadas situações de violência, discriminação ou desigualdades se configuram em diferentes lugares e por pessoas posicionadas de forma diferente” (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021, p. 71) **(tradução nossa)**. Aqui os lugares são vivenciados de diversas formas de acordo com suas posições, e de acordo com suas experiências em outros espaços, é importante também relacionar a experiência variável, dinâmica e espacial com os processos de transformação social.

E, para finalizar, a quarta premissa refere-se às hierarquias geográficas, partindo em como elas nos impedem de compreender o impacto das desigualdades sociais na vida cotidiana dos

sujeitos. Nessa questão, se traz a priorização dos espaços públicos sobre os espaços privados, colocando a teoria política como uma questão, que tem consequências significativas na cidadania (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021).

Para finalizar, vale ressaltar que, há também dentro das geografias feministas o estudo de que “[...] a concepção geográfica tradicional concebeu o corpo como algo pertencente à esfera privada e, portanto, não digno de ser estudado” (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2021, p. 73) **(tradução nossa)**, partindo dessa premissa as geógrafas feministas mostraram como o corpo também é um lugar, um espaço social com limites fluidos que são produzidos a partir de uma rede de relações de poder, logo, mostrando que os corpos são sim espaços que podem ser experienciados e estão posicionados social e geograficamente, e partindo da corporalidade também é essencial para entender as dinâmicas interseccionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como moldou-se a sociedade patriarcal, hegemônica e androcêntrica, desde os primórdios da ciência geográfica, ela possui forte influência masculina, branca, Ocidental, hetero e elitizada, logo, trazer temáticas como feminismo, gênero, sexualidade, raça/etnia e classes sociais é uma forma de contribuir teórica e metodologicamente com novas possibilidades de refletir e transformar o mundo em que vivemos, foi então que surgiu a Geografia Feminista, a Geografia de Gênero e a Geografia da Diversidade, que contribuíram juntamente com as correntes feministas e etnoraciais, trazendo também assuntos acerca da identidade e interseccionalidade.

A necessidade de trazer as temáticas já citadas para dentro da Geografia é justamente uma forma de quebrar os padrões hegemônicos e androcêntricos dentro dessa ciência, com isso, a Geografia Feminista e de Gênero foram as primeiras vertentes que buscou transformar a Ciência Geográfica e também a forma como vivemos e trabalhamos, para que gêneros e sexualidades sejam vistas como uma dimensão social que precisa ser incorporada dentro das estruturas existentes, e foi partindo dessas contribuições que mais temáticas envolvendo raça/etnia, classe, entre outras começaram a ser discutida dentro dessa ciência.

Sendo assim, a Geografia Feminista traz contribuições de teóricas feministas entrelaçando com contribuições de fatos geográficos, nos quais buscam recortes como raça/etnia, sexualidade e classes sociais para poder entender como essas intersecções afetam na vida dos sujeitos e é por isso que, atualmente, se usa o termo “geografias feministas” no plural, para expressar a pluralidade científica e ideológica existente, a fim de abarcar todas as questões e não invisibilizar nenhum conceito.

Assim como as geografias feministas e de gênero, a Geografia da Diversidade ou da Sexualidade "se constitui em forte crítica teórico-metodológica da ciência geográfica, e a noção desconstrucionista sobre a sexualidade permite a emergência da chamada Geografia Queer" (SILVA, 2010, p. 43), essa área de pesquisa dentro da Geografia foi inspirada pela obra de Michel Foucault e desenvolvida com mais profundidade por Judith Butler, para evidenciar, através das representações sociais, como é a importância da incorporação do espaço e do tempo nas análises das experiências da vivência cotidiana, por causa da ordem compulsória de gênero construída por uma sociedade cisheteronormativa. (SILVA, 2010).

E, a partir da expansão da Geografia Cultural e suas influências pós-modernas, as geografias feministas e da diversidade foram conquistando mais espaço e trazendo mais questões para dentro dos debates teóricos e geográficos, assim como a identidade, em que ela se transforma de algo fixo, estático e unitário, para algo plural, dinâmico e relacional (SILVA; SILVA, 2014).

É dentro desta perspectiva identitária que há uma busca de superar essa dualidade binária "feminino/masculino, branco/negro, ricos/pobres, homossexual/heterossexual" existente na sociedade, pois acaba dificultando a análise da diversidade existente, afinal existem diversos fatores que fogem dessa dualidade e que influenciam através de intersecções cada identidade (SILVA; SILVA, 2014). Por isso se faz necessário entender quais são essas intersecções e porque há a necessidade de estudá-las e aplicá-las nos estudos atuais.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BITTENCOURT, N. A. Movimentos Feministas. **Revista InSURgência**, Brasília: DF, ano 1, v.1, n.1. jan./jun. 2015. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18804/17482>. Acesso em: 27 de jul. de 2022.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L (org). **Geografia: conceitos e temas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORRÊA, R. L. Sobre a geografia cultural. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. 2009. Disponível em <https://ihgrgs.org.br/artigos/contibuiacoes/Roberto%20Lobato%20Corrêa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf>. Acesso em 06 de set. 2022.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em 10 de set. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, R., **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade, RJ, Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade. **GEOgraphia**. Fluminense, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 06 jul. 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: Uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. Tradução de: For Space.

MINAYO, M. C. S (org.). et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

RODÓ-DE-ZÁRATE, M. **Interseccionalitat: Desigualtats, llocs i emocions**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2021.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 73-94. 2008.

STRAUBHAAR, J. Sedimentada, híbrida e múltipla? A nova geografia cultural das Identidades. **Matrizes**, v. 7. n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1430/143027494004.pdf>. Acesso em: Acesso em: 27 jun. 2022.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *In*: **Espaço e cultura**, UERJ: Rio de Janeiro, n.27, p.39-55, jan/jun, 2010.

SILVA, M.G.S.N; SILVA, J. M. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014.

SILVA, S. M. V. Geografia e gênero/Geografia feminista - O que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre: RS, n. 23, 1998.

SOUSA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: Castro Iná et alii. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.